

## **18 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA**

### **AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL**

O Programa Amazônia Sustentável, no âmbito do PPA 2004-2007 corresponde ao Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil - PP. O ano de 2004 foi decisivo para o PP, uma vez que foi reestabelecida sua estrutura decisória e tomadas importantes decisões sobre o futuro das ações do Governo Federal para a Amazônia.

Em 20 de agosto de 2004 foi realizada reunião da Comissão de Coordenação Conjunta - CCC que, reunindo representantes de diversos ministérios e da cooperação internacional, decidiu pela estratégia de ampliação de escala dos projetos que vêm sendo desenvolvidos em escala piloto desde 1995. Exemplo prático de tal processo de ampliação de escala das atividades deste Programa Amazônia Sustentável é sua participação ativa nos dois principais esforços transversais de coordenação de políticas públicas para a Amazônia: o Grupo de Trabalho Interministerial para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e o Plano BR 163 Sustentável, ambos com a participação de diversos ministérios e sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República.

Com relação ao desempenho do Programa, podemos considerar que 2004 foi muito superior ao observado em 2003, com destaque para os resultados das Ações listados a seguir.

Nova configuração de financiamento do Programa Manejo de Recursos Naturais de Várzeas na Amazônia - Provárzea, com apoio da Cooperação Financeira Alemã. Este projeto está em plena fase de ampliação de escala, além de responder diretamente ao chamado do Governo Federal e destinando recursos da ordem de um milhão de reais para ações adicionais no âmbito da Área de Influência da BR 163.

Recuperação do ritmo de execução do Subprograma de Políticas de Recursos Naturais - SPRN, com aprovação de Projetos de Gestão Ambiental Integrada para todos os nove estados da Amazônia.

Avanço na ampliação de escala do Projeto Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia - Promanejo no âmbito do Programa Nacional de Florestas, destacando-se o envio para apreciação da Casa Civil e, posteriormente, do Congresso Nacional de Projeto de Lei para concessão de áreas de floresta para exploração racional e sustentável.

Início da nova fase dos Projetos Demonstrativos - PDA, com novos editais visando à consolidação de experiências identificadas como promissoras na Primeira Fase; e primeiro edital do componente Alternativas ao Desmatamento e Queimadas - Padeq, que financia atividades sustentáveis de recuperação de áreas de preservação permanente e reservas legais; práticas de redução do uso de fogo no manejo da produção rural familiar; práticas agroecológicas de produção por produtores familiares e comunidades. Assinatura de contrato entre Ministério do Meio Ambiente e Cooperação Financeira Alemã para a implementação do novo componente “Ações de Conservação da Mata Atlântica”, que visa à contribuir para a criação e implementação de unidades de conservação e áreas protegidas naquele bioma e apoiar atividades sustentáveis de produção familiar rural e ecoturismo.

No âmbito da Ação Fomento a Projetos de Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia, por meio do Fundo Nacional de Meio Ambiente, foram financiados, em 2004, 12 projetos, executados por organizações não governamentais e municípios dos Estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, focados nos temas: planos de uso de unidades de produção dos pólos do Proambiente; apoio a Reservas extrativistas; manejo comunitário de açaçais e plano municipal de gestão participativa de recursos pesqueiros.

### **ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL**

O Programa Áreas Protegidas do Brasil é gerenciado por uma Diretoria homônima da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Seu objetivo é expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios decorrentes. Os principais beneficiários do programa são as populações residentes nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de Unidades de Conservação. Os principais parceiros são: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA,

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, Organismos Internacionais, ONGs, Fundação Nacional do Índio – FUNAI, universidades e instituições de pesquisa, estados e municípios.

#### Resultados alcançados pelo Programa:

- criadas três Florestas Nacionais: Pirai do Sul/PR, Restinga do Cabedelo/PB e Jacundá/RO; um Parque Nacional: Serra do Itajaí/SC; quatro Reservas Extrativistas: Capana Grande/AM, Cururupu/MA, Riozinho do Anfrízio/PA e Verde para Sempre/PA; vinte e quatro Reservas Particulares de Patrimônio Natural. Ampliados dois Parques Nacionais: Grande Sertão Veredas/MG e Tijuca/RJ e a Estação Ecológica Mico Leão Preto/SP. Essas ações totalizaram a expansão do Sistema de Unidades de Conservação em 2.951.607,2 ha;
- instalado o Comitê Nacional de Zonas Úmidas e reativada a Comissão Brasileira do Programa O Homem e a Biosfera (COBRAMAB);
- criado o Fórum Nacional de Áreas Protegidas;
- assinado o Protocolo de Intenções, firmado entre o governo brasileiro e a sociedade civil organizada para a implementação do Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas (CDB);
- iniciado a execução do Projeto para Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Mundial Natural do Brasil;
- realizados dez eventos que possibilitaram a capacitação de aproximadamente 600 pessoas com temas relacionados ao Programa Áreas Protegidas: política nacional de áreas protegidas, gestão participativa, elaboração de planos de manejo, recuperação e implementação de trilhas interpretativas e monitoramento da capacidade de suporte;
- elaborados Planos de Manejo de quatro Parques Nacionais: Aparados da Serra/RS, Parque Nacional da Serra Geral/RS, Parque Nacional do Pantanal Matogrossense/MT, Parque Nacional da Serra das Confusões/PI; de duas Reservas Biológicas: Rio Trombetas/PA, Arvoredo/SC e da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim/RJ;
- publicado o Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Reserva Particular do Patrimônio Natural e a Instrução Normativa que dispõe sobre o funcionamento desta categoria;
- publicadas quatro edições do jornal Áreas Protegidas do Brasil, com tiragem de 3.000 exemplares, e editada a Série Áreas Protegidas do Brasil: Caderno 1 (Conhecimento e Representações Sociais das Unidades de Conservação pelos Delegados da Conferência Nacional do Meio Ambiente 2003) e Caderno 2 (Gestão Participativa do SNUC);
- aprovada a Instrução Normativa que regulamenta a Regularização Fundiária de unidades de conservação;
- realizado levantamento fundiário nas seguintes Unidades de Conservação: Estação Ecológica de Murici, Reservas Biológicas de Una e de Mata Escura, Parques Nacionais do Caparaó, da Chapada Diamantina, da Serra do Cipó, de Grande Sertão Veredas, da Serra da Bodoquena e de Ilha Grande;
- definidos e alocados recursos oriundos dos licenciamentos ambientais/compensação ambiental, conforme previsto na Lei do SNUC;
- realizados processos administrativos para a aquisição de imóveis e indenização em diversas unidades de conservação com enfoque nas trinta e cinco que possuem recursos de compensação ambiental para esta finalidade;
- demarcada fisicamente os limites de Unidades de Conservação dentre as quais encontram-se o Parque Nacional da Amazônia e a Reserva Biológica Una;
- criados cinco conselhos consultivos em unidades de conservação federais,
- implementada a estrutura de unidades de conservação para visitação com o desenvolvimento de exposições permanentes temáticas, sendo implantadas em quatro Parques Nacionais: Itatiaia/RJ, Serra dos Órgãos/RJ, Aparados da Serra/RS e Ubajara/CE;
- elaborados planos de proteção de três Parques Nacionais: Iguaçu/PR, Sempre Vivas/MG e Grande Sertão Veredas/MG;
- consolidado o sistema de gerenciamento de informação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação;
- firmado termo de parceria com OSCIP para a gestão compartilhada do Parque Nacional da Serra da Capivara/PI;
- realizados estudos biológicos, geológicos, fundiários, socio-econômicos e de viabilidade econômica em grutas dos estados de GO, MG, BA, CE e DF, visando a implantação de atividades turísticas;
- realizado Diagnóstico/Levantamento do Patrimônio Espeleológico e Monitoramento de cavernas turísticas do Estado de MT, MS e MG;
- atualizadas, por Grupo de Trabalho coordenado pelo Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas, as resoluções CONAMA 06/1986 e 05/1987 que regulamentam o uso do patrimônio espeleológico, resultando na publicação no DOU da resolução CONAMA 347.

O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, em 2004, apoiou, por demanda espontânea e induzida, seis projetos, sendo cinco orientados à criação e fortalecimento de conselhos nas unidades de conservação, e um para a elaboração do plano de manejo da Reserva Extrativista do Baixo Juruá.

## **PROGRAMA DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO**

Neste programa, podem ser percebidos os esforços governamentais com vista à melhoria da captação e armazenamento de água nas áreas do semi-árido com incidência de seca. A implementação de ações, programadas e coordenadas pelo Ministério da Integração Nacional, responsável pelo Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido, em articulação com outros Ministérios e governos municipais, visa à coordenação de esforços para a disponibilização de água bruta no Semi-Árido, e à condução e ao desenvolvimento de estudos de projetos, em nível de viabilidade técnico-econômica.

Nesse cenário, coube à Agência Nacional de Águas, unidade orçamentária do Ministério do Meio Ambiente, contribuir com a execução da Ação Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-Árido, com a elaboração de planos e projetos, cujos resultados de programação e de execução físico-financeira objetivam o atendimento dos anseios da sociedade brasileira

### **Estruturação dos Sistemas Estaduais de Gerenciamento de Recursos Hídricos no Semi-árido**

O Acordo de Empréstimo nº 4310-BR do PROÁGUA/Semi-árido, assinado no ano de 1998 e com sua vigência prevista até dezembro de 2005, tem contribuído para a mudança de paradigmas na gestão dos recursos hídricos no Brasil, com ênfase na Região Nordeste, a partir da reestruturação dos sistemas de recursos hídricos nos Estados e da implementação de infra-estrutura física prioritária.

Foram desenvolvidas ações, no âmbito dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, abrangendo parte das bacias Parnaíba, São Francisco, Atlântico Leste e Atlântico Nordeste Ocidental e Oriental, visando à implantação do Sistema de Outorga e Cobrança, capacitação de recursos humanos, comunicação, educação e gestão participativa, elaboração e implantação de Sistema de Informações, a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas, estudos de disponibilidade hídrica, estudos de viabilidade de obras hídricas, e normas para operação e manutenção de reservatórios e de sistemas adutores, constantes do Plano Operativo.

No âmbito Federal, destacam-se ações visando à elaboração do Relatório de Conjuntura de Recursos Hídricos no Brasil, do Atlas de Obras Prioritárias para Região do Semi-árido, e do Plano de Ações e Gestão Integrada do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú/Manguaba – CELMM. Estas ações encontram-se, na sua grande maioria, em andamento, devendo ser concluídas no exercício 2005.

O projeto foi recentemente incluído no Programa Piloto de Investimentos do Governo Federal, ficando excluído das regras de contingenciamento, o que propiciará o alcance das metas programadas.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AS SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS**

No exercício de 2004, o Programa Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis deu continuidade a seus trabalhos, tendo como objetivo a construção de valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis.

A Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA), instituída por meio da Portaria 269, de 26/06/03, realizou encontros mensais, tendo promovido um levantamento inicial das atividades e iniciativas de formação, capacitação e treinamento promovidas pelas áreas do MMA, identificadas ou não como educação ambiental ; formulou propostas de fomento da Educação Ambiental por meio do FNMA e iniciou um processo de ação coletiva na construção de sinergias nas iniciativas de formação e capacitação promovidas pelo Ministério.

A Diretoria de Educação Ambiental do MMA (DEA), juntamente com a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação (CGEA), por meio de suas equipes e o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, promoveram o “I Encontro Governamental Nacional sobre Políticas Públicas de

Educação Ambiental”, que contou com a participação das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e de Educação e de suas equipes de Educação Ambiental. No encontro foram lançados o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e a iniciativa “Articular, Fortalecer e Enraizar a Educação Ambiental para um Brasil de Todos”, e como fruto dos trabalhos do evento foi elaborado e pactuado o “Compromisso de Goiânia”, documento que orientou a proposta de “enraizamento” da Educação Ambiental no país. Nele, foi realizada pela DEA/MMA e a CGEA/MEC uma agenda de encontros em todos os Estados, em que foram estabelecidos diálogos com os educadores ambientais locais, a fim de se instaurar ou potencializar articulações entre os segmentos que atuam com Educação Ambiental, tendo como horizonte o fomento e a organicidade das atividades nos âmbitos estadual e municipal, e a gestão compartilhada da Educação Ambiental entre as áreas de meio ambiente e de educação. Nesta iniciativa foram mapeadas as situações das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) e das redes de Educação Ambiental; mapeados os programas e políticas estaduais de Educação Ambiental; iniciado um processo de rearticulação, fortalecimento, democratização e criação de CIEAs; e promovido o processo de Consulta Nacional do ProNEA - o qual contou com contribuições de 21 unidades federativas e a análise do Comitê Assessor do Órgão Gestor da PNEA, num envolvimento de cerca de 810 pessoas num processo inicial de formação em Educação Ambiental, cuja previsão era de 700.

O Comitê Assessor definiu seu regimento interno; iniciou seu envolvimento, por meio de um de seus Grupos de Trabalho, na organização do V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental e instituiu um Grupo de Trabalho próprio como a instância responsável pela gestão do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA), o qual conta com representações adicionais da sociedade civil, a fim de ampliar seu controle social. O SIBEA, primeiramente sob a responsabilidade exclusiva da DEA no governo federal, passou a se constituir num instrumento do Órgão Gestor da PNEA, na sua implementação.

Foi realizado em parceria com a DEA/MMA, a Rede Brasileira de Educação Ambiental, a CGEA/MEC, o Governo de Goiás e a Prefeitura de Goiânia, o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. O evento reuniu cerca de 3.500 pessoas, teve 13 Grupos de Trabalho, 49 minicursos, 29 oficinas e 980 posters. Dentre os GTs, um definiu as diretrizes para a consolidação da Consulta Nacional do ProNEA; outro definiu as diretrizes para atualização do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado na RIO-92; e outro reuniu mais de 30 universidades na reflexão sobre a consolidação de programas universitários de Educação Ambiental e o papel da Universidade na formação do educador ambiental, deflagrando, em seguida, pela Rede Universitária de Programas de Educação Ambiental o levantamento dos programas universitários de Educação Ambiental em atividade no país. Outros resultados do Fórum foram a construção de uma base de dados sobre experiências consideradas exemplares em Educação Ambiental no Brasil e a criação da Rede de Educomunicação Socioambiental.

Na temática juventude, a DEA/MMA integrou em 2004 o Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude, que forneceu subsídios para a elaboração de uma política nacional de juventude, e contribuiu no delineamento do projeto GEO Juvenil Brasil, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente -PNUMA, a CGEA/MEC e o Grupo Interagir. Ainda nessa temática, houve a participação da DEA/MMA, numa iniciativa articulada do Órgão Gestor da PNEA, no Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, protagonizado pela CGEA/MEC, como desdobramento da I Conferência Nacional do Meio Ambiente. Os Conselhos Jovens, criados no âmbito dessa Conferência na sua versão Infanto-Juvenil foram trabalhados na iniciativa “enraizamento” de modo a dialogarem e integrarem as CIEAs, assim como na própria implementação da iniciativa nos Estados. Como desdobramento, ainda, da Conferência foi lançado o Programa Vamos Cuidar do Bioma: Cerrado, uma articulação da DEA, da Diretoria de Conservação de Biodiversidade e do Núcleo dos Biomas Pantanal e Cerrado, ambos do MMA, e em parceria com outras instituições.

Junto ao Programa de Revitalização do Rio São Francisco, foi feita a consolidação da linha de ação socioambiental; a realização de 6 oficinas regionais de elaboração e planejamento do componente de Educação Ambiental do Programa; a exposição e o debate do ProNEA em Juazeiro-BA, no Dia Nacional da Caatinga; e firmado convênio com a Prefeitura Municipal de Ibotirama-BA para execução do projeto “Navegar é preciso”.

Foram ainda formulados o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais e o Programa Município Educador Sustentável, e iniciadas suas implementações na Bacia do Alto Paraguai, na Bacia do Rio São Francisco e na Bacia do Rio Paraná III. Foi também formulado o mapeamento e cadastro nacional de processos formativos em Educação Ambiental, a integrar o banco de dados do SIBEA e lançado o Edital para espaços educadores “Salas Verdes”, tendo sido selecionados 56 projetos: 07 na Região Norte, 13 na Nordeste, 12 na Centro-Oeste, 17 Sudeste e 07 na Região Sul. No Jardim Botânico do Rio de Janeiro foram atendidos, no conjunto das atividades de Educação Ambiental do órgão, por meio principalmente do uso dessa estrutura educadora, 27.689 pessoas, de uma previsão de 29.370. Isso ocorreu pois no 1<sup>o</sup> semestre foram cancelados os eventos programados de

visitação pública devido a suspensão de patrocínio. Dentre o total foram atendidos 571 professores, 12.648 alunos, 14.001 visitantes e 469 pessoas enquadradas em outras categorias.

A carteira de Educação Ambiental do FNMA foi reestruturada, tendo sido incorporada ao novo Núcleo Sociedades Sustentáveis, com o objetivo de buscar, nas bases da Educação Ambiental, a promoção de ações que efetivamente desenvolvam os fundamentos de uma sociedade sustentável, fomentando processos de mudanças culturais e sociais, que caminhem rumo à ética de vida sustentável e ao empoderamento dos indivíduos, grupos e sociedades. Foram recebidos 82 projetos para análise e estão em fase de execução 14 projetos: 2 em MG; 3 na BA; 1 em GO; 5 no AC; 7 no PA; 2 em SC; 3 em SP; 2 em MS e 2 no RN. A ação fomento a projetos integrados de Educação Ambiental foi ainda parceira na construção de 3 editais do novo Núcleo Água e Floresta: dois sobre formação de agentes multiplicadores, assessoria técnica e extensão florestal a agricultores familiares, sendo um dirigido ao bioma Caatinga e outro ao bioma Cerrado; e um terceiro sobre recuperação e proteção de nascentes e áreas que margeiam os corpos d'água. Foram ainda firmados 3 convênios relativos a projetos de emendas parlamentares, um com o Movimento dos Pequenos Agricultores, outro com o Movimento dos Atingidos por Barragens e outro com a Prefeitura Municipal de Rio Preto-MG.

## **MUDANÇAS CLIMÁTICAS E MEIO AMBIENTE**

O Programa contribuiu para a articulação com os setores governamentais de forma que políticas públicas de desenvolvimento e gestão ambiental contribuam para a redução de poluentes, em especial daqueles responsáveis pelos fenômenos globais indesejáveis.

Assim, em 2004, no âmbito das mudanças climáticas, foi feito o acompanhamento das atividades da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e dos processos de negociação internacional junto à Convenção do Clima, foram celebrados Memorandos de Entendimentos com o Canadá, Holanda e Itália e houve a continuidade do processo de articulação governamental e de debate com a sociedade civil e empreendedores, com ênfase em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. Além disso, com a definição da metodologia do inventário de poluentes do ar, em parceria com entidades e órgãos especializados, será possível avaliar as principais fontes de poluição, definir os critérios de classificação dessas fontes e as metas progressivas para seu controle.

### **Elaboração de Relatório Anual sobre a Qualidade do Meio Ambiente no âmbito da Agenda Marrom**

Definiu-se que as informações necessárias à elaboração do Relatório Anual sobre a Qualidade do Meio Ambiente poderiam ser inseridas em um Módulo do Sistema de Informação sobre Meio Ambiente – SINIMA, que deverá congrega dados gerados por diferentes atores nos diferentes níveis da federação.

Para isso, foi elaborada uma minuta de Portaria criando um Grupo de Trabalho que implementará o SINIMA no âmbito do MMA. Está em processo de negociação a ampliação do convênio com o IBGE para geração de estatísticas relacionadas com o Meio Ambiente, bem como formas de utilização do Cadastro Técnico Federal do IBAMA para subsidiar a elaboração do Relatório.

### **Apoio às inspeções técnicas veiculares**

No exercício de 2004, o MMA e o Ministério das Cidades (DENATRAN) discutiram e propuseram alterações ao Projeto de Lei 5.979, de 2001, que estabelece as normas referentes à Inspeção Técnica Veicular, de forma a contemplar os interesses do Governo Federal na realização conjunta das inspeções de meio ambiente e de segurança veicular. O assunto está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Em face da indefinição quanto ao referido projeto de lei, os trabalhos de implementação dos Programas de Inspeção e Manutenção para veículos automotivos em uso - I/M foram desacelerados. Os Estados aguardam a decisão quanto à forma da inspeção, se estadualizada ou federalizada.

### **Apoio a Projetos de Redução e Absorção de Gases de Efeito Estufa**

No âmbito das mudanças climáticas, a SQA/MMA tem atuado de forma articulada com a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, sociedade civil organizada, empresas e setor acadêmico, em prol do desenvolvimento do mercado de carbono no Brasil e do combate às mudanças climáticas. Desta forma, a SQA tem realizado uma série de iniciativas nesse contexto sentido, são alguns exemplos: o estabelecimento de

parceria com o Ministério das Cidades, para o desenvolvimento de projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL na área de resíduos sólidos e a capacitação de pessoal; o apoio à retomada do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas; a participação na elaboração da Comunicação Nacional Brasileira; o apoio ao lançamento de editais do FNMA e PROBIO/SBF para o desenvolvimento de projetos de MDL e de estudos de vulnerabilidade do clima brasileiro, frente ao agravamento do efeito estufa; a celebração de Memorandos de Entendimentos com o Canadá, Holanda e Itália; a participação ativa nos processos de negociação internacional junto à Convenção do Clima.

### **Elaboração do Inventário de poluentes do ar e da água**

Esta ação tem como objetivo a elaboração da metodologia de trabalho a ser implementada nacionalmente e executada pelos órgãos estaduais de meio ambiente, tendo em vista a construção do *Inventário Nacional de Emissões de Poluentes Atmosféricos* por tipo de fonte emissora: *Fontes Móveis* (veículos automotores), *Fontes Fixas* (indústrias, mineração, geração de energia e processos de combustão) e *Fontes Agrossilvopastoris* (agricultura, queimadas, vias não pavimentadas, arraste eólico, lixões).

A ação se insere nas diretrizes do PPA ao promover o Desenvolvimento Sustentável, pois o inventário é o primeiro passo para a implementação de políticas que incentivem o crescimento do setor produtivo sem causar danos à saúde humana e aos recursos naturais, ao promover o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão ambiental voltados ao controle de atividades poluidoras e degradadoras do meio ambiente, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e energéticos, além da integração de novos instrumentos de gestão ambiental e econômicos direcionados para a produção sustentável.

Durante o ano de 2004, foram levantadas as informações necessárias para a definição da metodologia do inventário junto às agências governamentais, órgãos gestores de meio ambiente (federal, estadual e municipal), universidades e centros de excelência em monitoramento de poluentes no País, sendo formados grupos de trabalho em cada um dos três grupos de fontes (móveis, fixas e agrossilvopastoris) para avaliar as principais fontes de poluição, definir os critérios de classificação dessas fontes e as metas progressivas para seu controle, tendo como produto final um documento contendo a orientação para execução da metodologia e um programa de capacitação para habilitação dos técnicos que a executarão.

Ficou definido que a base de dados para a construção do Inventário de Fontes Fixas será feita através dos dados do cadastro técnico federal do IBAMA, cujas informações serão complementadas pelos cadastros de atividades dos estados, sendo seguido o modelo da CETESB. Estão sendo constituídos os Grupos de Trabalho para a elaboração dos inventários respectivos de Fontes Fixas e Fontes Área (Fontes Agrossilvopastoris).

### **PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS – PNF**

O Programa Nacional de Florestas – PNF contempla ações coordenadas pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA e outras Coordenadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – Ibama. As ações do PNF coordenadas pela SBF são as seguintes:

#### **Apoio a Gestão dos Recursos Florestais**

Nesta ação, em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, foram selecionadas 10 instituições, para realizar atividades de assistência técnica e capacitação de agricultores familiares em plantio de florestas. Aproximadamente 1.952 agricultores familiares foram atendidos, em 7 (sete) Unidades da Federação, superando a meta prevista para esta atividade em 2004, que previa o atendimento a 6 (seis) estados.

#### **Apoio à Recuperação de Ecossistemas e Áreas Degradadas**

Sua operacionalização foi também mediante a parceria do Programa Nacional de Florestas com o FNMA.. Nas atividades de assistência técnica e capacitação para recuperação de áreas degradadas em âmbito de propriedades familiares, foram assistidos 2.703 agricultores familiares, compreendendo uma área bem inferior à meta prevista para recuperação de áreas degradadas, em torno de 50 mil hectares ao ano. Também foram desenvolvidas atividades de consolidação dos instrumentos de políticas institucionais de promoção do Programa Nacional de Florestas.

## **Assistência Técnica ao Pequeno Produto Rural para a Produção Florestal Sustentável–**

Essa ação, inicialmente programada para execução em nível nacional, foi desmembrada para execução regionalizada, excetuando a região Norte, que ficou a cargo do Programa Amazônia Sustentável. A ação alcançou resultados pontuais, restritos e inferiores às necessidades programadas para cada região. A sua execução foi feita por meio de 10 instituições selecionadas pelo FNMA, compreendendo atividades de assistência técnica e capacitação de pequenos agricultores familiares para o plantio de florestas e sistemas agro-florestais. Estima-se que 2.703 agricultores familiares foram atendidos nas 4 (quatro) regiões, representando um atingimento de cerca de 27% da meta prevista. Também houve a aplicação em atividades específicas de implementação dos dispositivos da Convenção da Biodiversidade e no fortalecimento institucional do PNF.

Sob a responsabilidade do IBAMA, o PNF tem as seguintes ações:

### **Controle e Monitoramento das Atividades Florestais e Desmatamento**

As atividades realizadas no âmbito desta ação, incluem as atividades de rotina do IBAMA, no que se refere ao controle e monitoramento das atividades florestais em todos os biomas brasileiros, desde a análise processual de pedidos de desmatamento até a emissão de autorizações de exportação, e portanto incluindo as principais atividades de licenciamento do desmatamento e do manejo florestal, monitoramento da execução das atividades em execução em campo realizadas através de vistorias técnicas, controle do transporte de produtos madeireiros e não madeireiros, bem como liberações de exportação de produtos florestais nos portos.

### **Modernização de Sistemas de Licenciamento e Controle de Atividades Florestais –**

As atividades realizadas no âmbito desta ação, incluem a análise de 2.570 processos e a realização de 425 vistorias de campo em planos de manejo, plantios referentes a reposição florestal e desmatamento na Amazônia Legal. No que se refere aos recursos de investimentos, foram aplicados de forma a prover para todas as Gerências Executivas I e II da Amazônia de infra-estrutura necessária para a realização das ações previstas no Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia.

## **PREVENÇÃO DE RISCOS E COMBATE ÀS EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS**

Tem por objetivo prevenir riscos e combater emergências ambientais relacionadas às atividades potencialmente poluidoras.

### **Fiscalização de Atividades Degradadoras e Contaminantes**

Tem por objetivo coibir ações de degradação, poluição e contaminação que comprometem a manutenção da qualidade ambiental e das condições de vida.

Teve como ações principais, no ano de 2004, o treinamento de pessoal e fiscalização em agrotóxicos ilegais na soja, no período de novembro e dezembro de 2004, nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A fiscalização teve como objetivos: verificar a utilização de produtos ilegais em lavouras; monitorar a quantidade, a forma de aplicação, a qualidade e procedência dos defensivos agrícolas aplicados nas áreas fiscalizadas; Avaliar o impacto ambiental decorrente da aplicação de agro-químicos; exercer fiscalização quanto à utilização, transporte, armazenagem e comercialização de agro-químicos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis e nos regulamentos, em propriedades agrícolas e distribuidores de insumos agropecuários; e fiscalizar, orientar e incentivar sobre a correta destinação de embalagens vazias de agrotóxicos e afins, junto aos agricultores, pecuaristas, revendedores e entidades públicas e privadas.

Ao término da Operação Agrotóxicos, pôde-se constatar que a grande maioria dos produtores, no que se refere a recolhimento de embalagens, acatou as orientações técnicas, conforme comprovam os dados levantados junto as partes envolvidas (Empresas Produtoras, Distribuidores, Agricultores, Pecuaristas, Poder Público Municipal) têm dados satisfatórios. O processo de fiscalização deve ser periódico para que a consciência sobre a necessidade desta ação se solidifique em todos os envolvidos na cadeia agrícola produtiva e usuária dos produtos na devolução e recebimento destas embalagens vazias;

Em relação aos produtos ilegais, os produtores foram alertados, de forma consistente, de que a utilização de produtos não autorizados pela legislação brasileira, constituem prática que poderá se tornar extremamente perniciosa a eles, tanto no aspecto técnico quanto no legal.

Concluimos que a maior incidência de desmatamento, lenha e problemas com a degradação ambiental ocorre no Estado do Mato Grosso do Sul, e que os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás são os Estados que mais descartam embalagens vazias em locais inadequados.

### **Implantação do Centro de Monitoramento Ambiental- CEMAM**

Tem como finalidade implantar e operacionalizar o Centro de Monitoramento Ambiental, visando à redução do risco, de emergências, acidentes e desastres ambientais, com mitigação dos efeitos, se houver ocorrência dos mesmos. Subsidiar as atividades de monitoramento ambiental do país, fornecendo indicadores e parâmetros sobre o estado quali-quantitativo dos biomas nacionais para subsidiar a formulação e correção de políticas, programas e decisões ambientais. Das atividades desenvolvidas em 2004 destaca-se as seguintes:

- Desenvolvimento, no CEMAM, do Projeto óleo, dedicado ao acompanhamento e monitoramento dos acidentes com óleo, desenvolvendo metodologias para o acompanhamento dos acidentes utilizando ferramentas do Sistema de Informações Gerenciais-SIG e tratamento de imagens orbitais, além de desenvolver metodologias para identificação e mapeamento de áreas sensíveis aos acidentes. Este projeto será incorporado ao Programa de Monitoramento e Gerenciamento de Riscos Ambientais que está sendo implementado no CEMAM.
- Participação de servidores do IBAMA na célula Ambiental do Centro Regional de Manaus, atuando integradamente com as instituições parceiras, capacitando-os a assumir a coordenação da célula.
- Capacitação de servidores do IBAMA, na operação das células do Sistema de Proteção da Amazônia-SIPAM, na infra-estrutura técnica do sistema operacional e na política de segurança das informações que estarão disponíveis.
- Integração do Sistema de Comunicação e Localização de Veículos do IBAMA, o “Autotrack”, com o sistema de comunicação das maletas de radio determinação (RDSS) do SIPAM, para maior eficiência nas ações de campo.
- Ações de fiscalização do IBAMA, planejadas e acompanhadas em cooperação com a Célula de Planejamento e Controle de Operações;
- Confecção de mapas, análise e disponibilização de imagens de satélite para unidades descentralizadas do IBAMA na Amazônia Legal;
- Atuação de servidores do IBAMA na Célula Ambiental, Célula de Planejamento e Controle de Operações e Célula de Vigilância Territorial, que permitiram a realização de ações conjuntas com o SIPAM.
- Acordo de cooperação técnica firmado com o SIPAM para operacionalizar o componente SIG no Centro regional.
- Instalação de 47 Terminais de Comunicação remotos e urbanos, nas unidades descentralizadas do IBAMA, na Amazônia Legal, já estão operacionais, inclusive o terminal urbano instalado no CEMAM, permitindo uma comunicação mais eficiente da sede com as unidades descentralizadas na Amazônia. Os terminais fazem parte da rede do SIPAM, composta por 900 terminais, distribuídos por toda a Amazônia Legal em prefeituras, unidades da FUNAI, Forças Armadas, Polícia Federal e Receita Federal.

### **Enfrentamento de Emergências Ambientais**

Participação efetiva do IBAMA no mapeamento de áreas de riscos e nas reuniões de implantação de um sistema integrado do MMA, em parceria com o Ministério da Saúde, Transportes, trabalho e Emprego como também com os Órgãos de Meio Ambiente estaduais e municipais vinculados ao SISNAMA, considerando a necessidade de prevenção e redução de danos ao meio ambiente.

### **Licenciamento Ambiental das Atividades dos Setores de Energia Elétrica e Transportes**

O licenciamento ambiental federal contribuiu para expansão dos estudos dos potenciais energéticos e do setor de transportes, na articulação com os demais atores envolvidos na análise e acompanhamento dos empreendimentos de grande impacto ambiental, levando em consideração os aspectos técnicos, econômicos e sócioambientais em obras de infra-estrutura rodoviárias e portuárias, como também a revitalização do sistema ferroviário e hidroviário, visando a ampliações, manutenções de corredores terrestres; construções de pontes e portos, permitindo ligações e melhores acessos entre estados facilitando o desenvolvimento regional. No setor elétrico foi, considerada a expansão com as linhas de transmissão, associadas às parcerias entre o Ministério de

Minas e Energia e o Ministério de Meio Ambiente, e o aumento de obras de geração de potência instalada com aproveitamentos hidrelétricos e termelétricos.

Assim, em 2004, no âmbito do licenciamento ambiental, foram concedidas licenças, dando continuidade ao processo de articulação governamental, em parceria com a sociedade civil.

### **Licenciamento Ambiental das Atividades da Indústria de Petróleo e Gás**

A exploração e produção do petróleo no exercício de 2004 seguiram a mesma política com a 6ª rodada de licitação proporcionando comprometimento das concessionárias participantes em conjunto com os fornecedores nacionais de um percentual obrigatório na execução de bens e serviços. Outro fator preponderante como meta para o fortalecimento da indústria nacional de petróleo e gás foi o licenciamento ambiental de plataformas para a produção de óleo e gás nas diversas etapas do licenciamento. Definiu-se também, o licenciamento ambiental nas obras de infra-estrutura de transporte de gás natural considerando a expansão da malha de gasodutos.

### **PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS INCÊNDIOS FLORESTAIS – FLORESCER**

O Programa "Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer" abrange, entre suas ações, a Fiscalização de Atividades de Desmatamento e Queimadas, Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento na Amazônia - Proarco e Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais.

Cabe destacar que todas as ações deste Programa estão diretamente relacionadas e têm grande importância na implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, lançado pelo Excelentíssimo Presidente da República em 15 de março de 2004. Este Plano de Ação representa uma iniciativa inédita e foi elaborado no âmbito do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para a Redução dos Índices de Desmatamento na Amazônia Legal, composto por 13 ministérios coordenados pela Casa Civil da Presidência da República.

Quanto aos resultados, a ação "Fiscalização de Atividades de Desmatamento e Queimadas" alcançou a meta de fiscalizar 7 mil propriedades rurais no país. Especificamente em relação à Amazônia, merecem destaque ainda a implementação de Bases Operativas do IBAMA e a realização de operações de fiscalização integradas, reunindo o IBAMA e órgãos de outros ministérios.

No que se refere à primeira atividade, das 19 Bases Operativas previstas no Plano de Ação, 10 foram elencadas como prioritárias para 2004 e já estão em funcionamento. As bases de Itaituba (PA), Alta Floresta (MT), Ji-Paraná (RO), Altamira (PA) e Porto Velho (RO) já estão estruturadas e outras 5 - Tucumã/Xinguara e Novo Progresso, no Pará; Juína e Vila Rica no Mato Grosso e Apuí (AM) - estão em processo de estruturação, embora já estejam sendo desenvolvidas operações de fiscalização nessas regiões.

Quanto às operações de fiscalização integrada, foram realizadas ações nas seguintes localidades: Costa Marques (Base Operativa - BO Ji-Paraná), Rurópolis e Terra do Meio (BO Itaituba), Parque do Cristalino e Carlinda Nova Canaã (BO Alta Floresta), Terra do Meio (BO Tucumã) e Lábrea-Boca do Acre (BO Apuí), com a coibição de desmatamentos de grandes áreas e geração de autos de infração.

Já a ação de Prevenção e Combate de Queimadas e Incêndios Florestais no Arco do Desmatamento na Amazônia (Proarco) implicou, em 2004, no monitoramento da presença de focos de calor na área total da Amazônia Legal, equivalente a cerca de 5,2 milhões de km<sup>2</sup>. Outras atividades desenvolvidas no escopo desta ação foram a publicação e distribuição de 15 mil Cartilhas "Fogo Bom é Fogo Controlado", o envio de 447 kits de queima controlada aos Estados, a capacitação de 10.037 agricultores familiares e a formação de cerca de 400 grupos de queima controlada, além da distribuição de 19 kits de brigadas e capacitação de 397 brigadistas. É de se ressaltar que estas atividades têm como objetivo fundamental a prevenção aos incêndios florestais, com resultados de médio e longo prazo uma vez que se tem procurado trabalhar novos paradigmas relativos à substituição gradual do uso do fogo, principalmente na agricultura, por técnicas com menos impactos negativos ao meio ambiente.

Além do monitoramento de uma área de cerca de 3,0 milhões de ha em todo o país, a ação de Prevenção e Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais (Prevfogo) apresenta como importante resultado a

realização de 74 cursos, principalmente de formação de brigadas em Unidades de Conservação, envolvendo a participação de 1.877 pessoas. Foram constituídas brigadas em 22 Estados, num total de 1.108 brigadistas contratados. Também 1.108 kits de equipamentos de proteção individual (E.P.I.) e 1.184 equipamentos de combate ao fogo foram enviados às Unidades de Conservação, para equipar as brigadas contratadas pelo Prevfogo.

## **PROBACIAS**

O Programa PROBACIAS, cujo objetivo é o de implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas, registrou significativos avanços em 2004, especialmente no tocante à consolidação dos principais instrumentos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, decorrentes dos esforços técnicos e da estruturação de articulações com os agentes envolvidos, em especial das articulações com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ocorreu um processo de significativa ampliação da atuação no âmbito das bacias Hidrográficas. Foram consolidados o funcionamento de comitês de bacias, e elaborados Planos de Recursos Hídricos para bacias estratégicas, promoveu-se a estruturação das bases de dados georreferenciados para o Sistema de Informações sobre recursos hídricos – Hidro, bem como ocorreram avanços significativos na base legal que proporciona a sustentabilidade do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos, principalmente com a instituição da Lei nº 10.881, de junho de 2004, que dispõe sobre o Contrato de Gestão com a entidade delegatária das funções de Agência de bacias, dentre outros importantes avanços que vêm sendo implementados junto aos comitês de bacias.

### **Apoio a Projetos Priorizados pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul com Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos**

A Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos é um dos principais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e, de acordo com os dispositivos da Lei, deve ser aplicada, prioritariamente, na bacia em que os recursos forem arrecadados, conforme prioridades estabelecidas pelo comitê da bacia, em articulação com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

A experiência pioneira, em nível nacional, iniciou-se em 2003, na bacia do Rio Paraíba do Sul, que abrange uma área de 57 mil Km<sup>2</sup>, distribuída por 180 municípios localizados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais são gerados cerca de 12% do PIB nacional, e abastece aproximadamente 14 milhões de habitantes, incluindo a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 2004, com a instituição da Agência da Bacia, através da Lei 10881/2004, registraram-se avanços expressivos neste processo propiciando a celebração do Primeiro Contrato de Gestão (nacional), em 01.09.2004, entre a ANA e a Associação Pró-Gestão da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP (qualificada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH), o que permitiu o repasse dos recursos arrecadados na bacia, da ordem de R\$ 6.595.796,40, para a implementação de ações prioritárias. O Contrato de Gestão estabelece um conjunto de resultados, objetivos estratégicos e metas a serem atingidas, por meio de indicadores de desempenho a serem alcançados a cada semestre pela entidade delegatária das funções de Agência de Bacia. Para a implementação do repasse de recursos foi necessário o desenvolvimento de mecanismos e sistemáticas específicas de execução, acompanhamento e controle, no âmbito da AGEVAP e da Agência Nacional de Águas - ANA.

### **Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínio da União**

A Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos é importante instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos e estrutura a ação reguladora no Brasil. Neste exercício, as ações voltaram-se à criação das condições administrativas e operacionais necessárias ao adequado de desempenho, como a geração de conhecimento sobre ofertas e demandas hídricas, a consolidação de procedimentos, a concepção de sistema de outorga e o desenvolvimento de sistemas de apoio à outorga.

Considerando as estimativas de cerca de 700 mil usuários de recursos hídricos de porte significativo existentes atualmente no País, vem sendo implementado um sistema de outorga de grande capacidade, a fim de automatizar e controlar todos os procedimentos. Para tanto, foi concebido um sistema modular, georreferenciado, composto por bases de dados ambientais (corpos de água, ofertas hídricas, etc.), bases de dados cadastrais (identificação de usuários, informações processuais, etc.) e módulos gerenciais e de análise de demandas, comprometimentos hídricos e suporte à decisão.

O aprimoramento metodológico dos processos de regularização de usos vem propiciando a regularização de números significativos de usuários de recursos hídricos cadastrados em campanhas específicas em curtos espaços de tempo, introduzindo novas metodologias para negociação e definição de regras em bacias com conflitos pelo uso da água, com uma forte articulação com os órgãos gestores estaduais. As ações convergiram para as bacias prioritárias, como a do Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari, Jundiá, Piranhas-Açú, Poti e Longa, Paraná, ribeirão Pipiripau, na região do Distrito Federal, Verde Grande, Gorutuba, Vaza-Barris, etc

Dentro do contexto da análise do pedido de renovação da outorga, destaca-se o sucesso do processo realizado para o sistema Cantareira na definição dos parâmetros e condições de operação desse sistema, resultando na delegação de competência para emissão de outorgas em mananciais de domínio da União existentes na bacia para os Estados de Minas Gerais e São Paulo, definindo os critérios a serem seguidos pelos respectivos órgãos gestores estaduais.

Alem disso, a ANA vem participando do estabelecimento de critérios técnicos para emissão de outorga de direito de uso em zona costeira, e na delimitação de parques e áreas aquícolas nos reservatórios de Tucuruí (PA), Itaipu (PR), Castanhão (CE), Jaibas (CE) e Bico da Pedra (MG).

### **Implantação do Sistema de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas**

O processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos, em nível nacional, foi implantado, a partir de 2003, na bacia do Rio Paraíba do Sul, onde foram arrecadados até o momento cerca de R\$ 12 milhões. Em 2004 foram emitidos 215 boletos correspondentes a um potencial de arrecadação de R\$ 10,12 milhões, sendo que foram arrecadados, durante o exercício de 2004, R\$ 6,59 milhões distribuídos entre os setores usuários. Os recursos arrecadados são direcionados para a própria bacia para implementação de projetos priorizados pelo comitê.

Atualmente, o universo de contribuintes em águas de domínio da União, na Bacia do Paraíba do Sul, está em torno de 200. Contudo, com o início da cobrança nas bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, previsto para o primeiro semestre de 2005, este universo deve crescer significativamente.

Os principais avanços no exercício de 2004 referem-se, por um lado, às conquistas normativas para assegurar e consolidar a aplicação dos recursos na bacia, alcançadas com a definição da fonte específica - fonte 116, incluída na LDO de 2004 - e garantia, na LDO de 2005, como “despesas obrigatórias e legais”, impedindo o contingenciamento (limite para empenho) desta fonte para o exercício de 2005. Por outro lado, investiu-se na modernização dos processos de outorga com a elaboração da proposta para do Sistema Digital de Cobrança – DIGICOB, que permitirá a automatização, registro e monitoramento de todo o processo de cobrança, arrecadação e controle pelo uso de recursos hídricos, estando em estágio de desenvolvimento. Entre as funcionalidades, destaca-se a possibilidade de emissão dos boletos de cobrança e consulta de extratos, on-line, de cada usuário.

### **Fiscalização do Uso de Recursos Hídricos**

A fiscalização é função estratégica da Política Nacional de Recursos Hídricos, sendo uma atividade precípua de Estado, voltada ao controle e monitoramento do uso dos recursos hídricos, que assume caráter preventivo (baseado nos Planos de Bacias, nas decisões dos Comitês de Bacia e na outorga do direito de uso da água) e repressivo (baseado na aplicação de normas e regulamentos).

A atuação, em 2004, foi marcada pelos processos de chamada à regularização do uso de recursos hídricos, empreendidos em bacias prioritárias, por meio da realização de campanhas de levantamento de usuários, aperfeiçoando os parâmetros e critérios para as análises do lançamento de efluentes, análises de qualidade da água e controle das atividades de piscicultura, passíveis de outorga federal. Em incursões a campo, foram realizados 17 trabalhos, resultando em vistoria de 286 usuários de recursos hídricos, dos quais 62 notificados por irregularidades detectadas e aplicação de 5 multas. Destaca-se a atuação prioritária nas bacias do rio São Francisco, em que, pela sua importância estratégica, foi adotado o levantamento dos usos na calha principal da bacia, como parte do processo de regularização, com foco nos locais de uso intensivo e de conflito pelo uso da água, tendo sido coberto 95% de seu curso, ou, cerca de 2.500 km, e nas bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce.

Cabe registrar, ainda, os avanços no processo de modernização das técnicas para o levantamento de usuários, utilizando-se de interpretação de imagens de satélite, levantamentos fotográficos, via aérea e fluvial, bem como o tratamento de dados em Sistemas de Informações Geográficas, o que permitiu o monitoramento de usos, e poderá contribuir para a avaliação das condições de conservação do rio. Tem-se fortalecido a parceria no

processo de fiscalização com a ampliação da articulação com órgãos gestores de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos dos estados.

### **Sistema Nacional de Eventos Hidrológicos Críticos**

O Sistema Nacional de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos está voltado para planejar e promover ações destinadas a prevenir e minimizar os efeitos de secas e inundações. Para aprimorar os sistemas de monitoramento hidrológico, está sendo implantada, na ANA, a “Sala de Acompanhamento dos Eventos Hidrológicos”, cujo principal objetivo será o de acompanhar as tendências hidrológicas em todo o território nacional, constituindo-se também em instrumento ágil e preciso de monitoramento e previsão de inundações, permitindo subsidiar decisões para, com antecedência, tomar medidas necessárias visando à diminuir o impacto negativo das inundações nas comunidades, prevenindo catástrofes, danos materiais e protegendo vidas humanas e o próprio meio ambiente. Além disso, permitirá identificar áreas com problemas de escassez de água, especialmente para o abastecimento humano, com vistas a auxiliar na identificação de alternativas viáveis e sustentáveis de mitigação dos efeitos da seca.

Registram-se ainda as seguintes atividades: (a) desenvolvimento de estudos para a renovação da outorga e acompanhamento da operação do Sistema Cantareira; (b) definição das condições de operação dos reservatórios hidrelétricos, através de estudos técnicos sobre a verificação de estacionariedade das séries de vazões naturais - bacias do São Francisco e do Paraná, o acompanhamento diário da operação dos reservatórios do Sistema Integrado Nacional - SIN; a definição de regras de operação dos reservatórios do Sistema Paraíba do Sul, visando a atuação preventiva para evitar o racionamento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; a definição de vazões mínimas a jusante do reservatório de Serra da Mesa; a mediação de conflitos entre usuários no entorno do reservatório de Caconde e disponibilidade hídrica dos reservatórios de Três Marias e Sobradinho; e, (c). desenvolvimento de metodologia para delimitação do Semi-árido brasileiro, com vistas ao monitoramento hidrológico de pontos de captação de água bruta em municípios com população urbana superior a 100 mil habitantes, de forma a permitir o gerenciamento do abastecimento de água bruta.

### **REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL**

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas vem sendo executado prioritariamente na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, e secundariamente, nas Bacias dos Rios Araguaia-Tocantins e Paraíba do Sul. Este Programa é coordenado pela SECEX do Ministério do Meio Ambiente e consta do PPA 2004/2007 como um programa de vinte anos de duração. Entre os seus princípios, constam a articulação intergovernamental, a integração interinstitucional e a participação e controle social. Na fase atual, o Programa procurou atender as demandas emergenciais para a revitalização da Bacia do Rio São Francisco, atuando por meio das seguintes ações:

#### **Implantação de Banco de Dados Ambientais da Bacia do Rio São Francisco.**

A implantação do Banco de Dados Ambientais da Bacia do Rio São Francisco está com o seu plano de trabalho concluído e operando a sua fase de implementação. A aquisição dos equipamentos e a instalação do sistema operacional para implantação da infra-estrutura já estão concluídas. No momento, estamos em articulação e negociação inter-institucional para a cessão dos dados e informações levantados na fase anterior (mapeamento dos dados e informações sobre a Bacia do Rio São Francisco, conforme consta no plano de trabalho).

#### **Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco.**

Em relação às ações de revitalização do São Francisco que envolvem a recuperação e a manutenção de corpos d'água, o reflorestamento, a revegetação e a redução dos processos erosivos e do assoreamento foi elaborado, em conjunto com o Programa Nacional de Florestas e o Fundo Nacional de Meio Ambiente, o primeiro edital de nascentes - Edital FNMA nº 03/2004 – “Recuperação e Conservação de Nascentes e áreas que margeiam os Corpos e os Cursos D'água” que atenderá prioritariamente a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com previsão de sete milhões de reais (R\$ 7.000.000,00). As Bacias do Araguaia-Tocantins e Atlântico-Sudeste (que engloba parcialmente o Paraíba do Sul), também estão contempladas. Outras ações de revitalização (recuperação e preservação da Bacia) incluíram uma série de reuniões de articulação, reuniões de integração entre o Programa e o Plano de Bacia, e reuniões com os Estados através dos NAPs (Núcleos de Articulação do Programa nos Estados), além de Oficinas Temáticas por Linhas de Ação do Programa, que somam, em seu conjunto, um

processo de articulação com os atores sociais envolvidos no Sistema Nacional de Meio Ambiente e Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

### **Criação de Banco de Experiências Tecnológicas de Baixo Custo e Alto Impacto Social Relacionadas à Recuperação Ambiental de Bacias Vulneráveis**

O Banco de Experiências Tecnológicas prevê a utilização, pelos atores sociais locais, de tecnologias de baixo custo (instrumento testado e adaptado às condições sócio-econômicas e culturais locais) visando à recuperação ambiental. Para tanto, foram realizadas uma série de reuniões com Organizações da Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais para implantação do Fórum de ONGs do São Francisco, que deverá viabilizar a transferência das tecnologias sistematizadas nesta ação. Concomitantemente, foram definidos os Termos de Referência para contratação do levantamento, sistematização e testes das *tecnologias apropriadas* aplicáveis à revitalização de bacias hidrográficas, com ênfase na Bacia do São Francisco.

### **Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água.**

Para difundir práticas pilotos sustentáveis de conservação e manejo de água, através da implementação de pequenas intervenções de cunho experimental e de baixo custo para a convivência com a escassez hídrica foram definidas ações a serem implementadas em dez municípios prioritizados no sub-médio São Francisco. Em ação conjunta com o Programa Água-Doce, iniciou-se a recuperação de dessalinizadores em comunidades desses municípios.

### **PROGRAMA ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO – ZEE.**

O ZEE é um Programa do Plano Plurianual, de caráter multisetorial e descentralizado, gerenciado pelo Ministério do Meio Ambiente e com executores federais, estaduais e municipais. Materializa, por isso, a transversalidade requerida pelos programas e projetos de meio ambiente, assim como incorpora e subsidia as políticas regionais de desenvolvimento e as ações de planejamento territorial.

No momento, o Programa executa ações em áreas estratégicas e críticas e fornece apoio aos estados na execução de seus zoneamentos. Dentre as ações prioritárias em desenvolvimento cabe mencionar:

#### **Implantação do Sistema Gerenciador de Banco de Dados sobre Zoneamento Ecológico-Econômico.**

Banco de Dados da Amazônia Legal. Está sendo concluída a atualização do Banco de Dados da Amazônia Legal (o primeiro diagnóstico da Amazônia Legal, realizado pela SAE, é de 1991) mediante ação inédita de incorporação das informações dos órgãos federais e dos zoneamentos realizados pelos estados que integram tal região. Isso significa que estarão disponíveis e integrados zoneamentos em várias escalas geográficas.

Banco de Dados da Região Nordeste. Subproduto do Projeto “Cenários para o Bioma Caatinga: sistematização e atualização de dados”, foi concluído em 2004, a partir da atualização das informações estratégicas para o planejamento do bioma (dispersas entre as várias instituições federais, regionais e estaduais). Além disso, foi organizado um Banco de Dados - piloto, em escala de detalhe, referente a um município dos Cerrados Piauienses em parceria com a CODEVASF, no âmbito do PLANAP (Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba).

Banco de Dados de Geocoturismo. Em parceria com o Programa Nacional de Ecoturismo e com a CPRM – Serviço Geológico do Brasil, tem por objetivo organizar e sistematizar informações georeferenciadas de Geocoturismo a fim de prover os órgãos governamentais, entidades privadas, pesquisadores e o público em geral de um levantamento de oportunidades turísticas geocientíficas no território nacional.

#### **Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na escala 1:1.000.000.**

Foi elaborada a proposta do projeto e a estrutura dos principais temas a serem tratados no ZEE Brasil, tais como: saneamento, produção agrícola e pecuária municipal, sua relação com a vegetação natural por bioma, bem como, os mapeamentos do meio físico.

Na Amazônia Legal, foi iniciada uma articulação com os estados amazônicos, objetivando a compatibilização dos ZEEs estaduais. Além disso foi elaborado o projeto ZEE do *Arco do Desmatamento* e com detalhamento de produtos para áreas emergenciais, em especial a área de influência da Rodovia BR-163.

Na Região Nordeste foram desenvolvidos os Cenários para o Bioma Caatinga integrando visões estratégicas setoriais para o Desenvolvimento Sustentável, por meio de um processo de planejamento regional participativo.

Com relação à região Centro-Oeste foi elaborado e divulgado um documento com os resultados preliminares relativos ao diagnóstico temático preliminar do ZEE do Distrito Federal e Entorno, em parceria com o Ministério da Integração Nacional.

#### Gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos.

Foi elaborado, em articulação com os governos estaduais e órgãos federais, o documento “Instrumentalização dos Três Níveis de Governo para o Ordenamento Ambiental/Territorial” com o objetivo de propor ações estratégicas voltadas ao planejamento territorial articuladas a outros instrumentos de gestão ambiental e a atividades setoriais. Vários produtos serão apresentados, entre eles, o Guia Nacional de Diretrizes Gerais e Proposições de Planejamento Territorial, Guia para a Gestão Territorial na Zona Costeira e o Documento com indicações técnicas e normativas orientando cursos de capacitação e desenvolvimento de projetos na Prática Sustentável da Aqüicultura/maricultura.

#### RECURSOS DESCENTRALIZADOS A ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROGRAMA	UF	TRANSFERÊNCIAS AOS ESTADOS	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO		TOTAL
		R\$	QUANT	R\$	
Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis	BA	169.091,00	1	94.590,00	263.681,00
	ES	-		13.600,00	13.600,00
	MG	-	1	50.000,00	50.000,00
	PR	72.410,00		-	72.410,00
	RN	-	1	46.947,00	46.947,00
Recursos Pesqueiros Sustentáveis	DF	150.000,00		-	150.000,00
	PA	-	1	134.426,00	134.426,00
	SP	343.696,00		-	343.696,00
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	MT	1.062.800,00		-	1.062.800,00
Áreas Protegidas do Brasil	ES	-	3	268.343,00	268.343,00
	RJ	-	1	64.455,00	64.455,00
	SE	5.101,33		-	5.101,33
Nacional de Ecoturismo	AC	57.500,00		-	57.500,00
	AM	250.000,00		-	250.000,00
	PA	280.767,31	1	240.000,00	520.767,31
Amazônia Sustentável	AC	936.824,01	2	587.033,00	1.523.857,01
	AM	721.901,18	3	370.599,00	1.092.500,18
	AP	671.000,00		-	671.000,00
	BA	658.730,13		-	658.730,13
	ES	1.045.083,81		-	1.045.083,81
	MT	613.876,36	4	332.678,00	946.554,36
	PA	549.812,01	12	1.834.770,00	2.384.582,01
	RO	163.232,24	3	463.831,00	627.063,24
	RR	800.330,10		-	800.330,10
Nacional de Florestas	TO	160.004,00	3	400.347,00	560.351,00
	AC	150.000,00		-	150.000,00
	BA	133.571,00		-	133.571,00
	ES	68.477,00		-	68.477,00

PROGRAMA	UF	TRANSFERÊNCIAS AOS ESTADOS	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO		TOTAL
		R\$	QUANT	R\$	
	PR	11.150,00		-	
	RJ	131.897,00		-	
	SE	227.018,00		-	227.018,00
Gestão da Política de Meio Ambiente	AP	94.783,00		-	94.783,00
	BA	45.057,00		-	45.057,00
	CE	67.000,00		-	67.000,00
	GO	42.540,00		-	42.540,00
	MG	73.946,00		-	73.946,00
	MS	87.809,00		-	87.809,00
	PB	32.123,64		-	32.123,64
	PE	25.484,31		-	25.484,31
	PI	100.000,00		-	100.000,00
	PR	50.000,00	1	62.500,00	112.500,00
	RJ	2.000.000,00		-	2.000.000,00
	RS	85.000,00		-	85.000,00
	SC	74.237,00		-	74.237,00
	SP	45.000,00		-	45.000,00
	Viver Sem Contaminação	BA	-	1	337.103,99
MG		45.000,00	1	317.982,00	362.982,00
PE		-	2	494.461,45	494.461,45
RS		-	3	333.503,01	333.503,01
SP		-	1	246.400,00	246.400,00
Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido - Conviver	AL	872.160,00		-	872.160,00
	BA	973.600,00		-	973.600,00
	CE	908.000,00	1	100.000,00	1.008.000,00
	MA	334.400,00		-	334.400,00
	MG	1.062.240,00		-	1.062.240,00
	PB	1.076.000,00		-	1.076.000,00
	PE	534.126,00		-	534.126,00
	PI	1.055.488,00		-	1.055.488,00
	RN	1.034.880,00		-	1.034.880,00
SE	534.126,41		-	534.126,41	
Agenda 21	AC	-	1	92.109,00	92.109,00
	AL	-	1	73.706,00	73.706,00
	BA	-	1	130.778,00	130.778,00
	CE	-	1	104.100,00	104.100,00
	MG	-	3	267.666,00	267.666,00
	MT	-	1	48.703,00	48.703,00
	PE	-	2	217.925,00	217.925,00
	PR	-	1	73.350,00	73.350,00
	RO	-	1	105.337,00	105.337,00
	RS	-	2	188.429,67	188.429,67
	SC	-	3	134.000,00	134.000,00
TO	-	2	194.548,00	194.548,00	
Probacias	BA	500.000,00		-	500.000,00
	MG	73.650,00		-	73.650,00
	RJ	40.000,00	1	138.485,80	178.485,80
Ciência, Natureza e Sociedade	SC	549.485,00		-	549.485,00
Conservação, Uso Racional e Qualidade das Águas	DF	165.000,00		-	165.000,00
	MG	88.062,57	2	558.981,90	647.044,47

PROGRAMA	UF	TRANSFERÊNCIAS AOS ESTADOS	TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO		TOTAL
		R\$	QUANT	R\$	
Revitalização de Bacias Hidrográficas Em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	BA	-	1	114.000,00	114.000,00
Resíduos Sólidos Urbanos	GO	-	1	332.100,00	332.100,00
	PR	-	1	100.000,00	100.000,00
TOTAL		22.103.470,41	71	9.667.788,82	31.771.259,23







## Anexo

### Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado 2004 (B)	% (B/A)	LOA 2004 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2004 (D)	% (D/C)
<p>Coordenação Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros/CGREP;            3) Execução do Módulo I sobre Gestão Ambiental Pública do Curso de Formação dos Analistas Ambientais recém concursados do IBAMA da 3ª turma com 257 alunos, em parceria com a Coordenação Geral de Recursos Humanos da Diretoria de Administração e Finanças do IBAMA;            4) Realização de 03 Cursos sobre Gestão Ambiental Pública para professores, agricultores, pescadores e técnicos do Órgão Estadual e Órgãos Municipais de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, promovido pelo Núcleo de Educação Ambiental/NEA da Gerência Executiva do IBAMA/RS, com a participação de 138 pessoas;            5) Apresentação de experiências exemplares sobre gestão participativa em Unidades de Conservação Federais, na Oficina de Gestão Participativa do Sistema Nacional de Unidades de Conservação/SNUC, promovido pela Diretoria de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente;            6) Realização pelos Núcleos de Educação Ambiental/NEAS das Gerências Executivas do IBAMA dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, do 1º Seminário Sul Brasileiro de Implantação e Fortalecimento de Conselhos Gestores em Urubici/SC.            7) Reunião técnica sobre Educação Ambiental e Licenciamento, envolvendo a equipe de sócio-economia do Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear/LPN, educadores da Coordenação Geral de Educação Ambiental/CGEAM e do Núcleo de Educação Ambiental da Gerência Executiva do Ibama no Estado do Rio de Janeiro;            8) Realização em conjunto com a Diretoria de Fauna e Pesca/DIFAP, de oficinas de multiplicadores com representantes dos Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente e de entidades da sociedade civil, para a promoção de ações de educação ambiental visando a mobilização/participação das comunidades no controle e monitoramento do caramujo africano (achatina fulica), nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, de acordo com as Diretrizes do Plano de Controle e Monitoramento do Caramujo Africano elaborado pela DIFAP;            9) Realização em conjunto com a Diretoria de Ecossistemas/DIREC e Núcleo de Educação Ambiental/NEA da Gerência Executiva do Ibama em Sergipe, oficina para elaboração de um Programa de Uso Sustentável dos Recursos Ambientais da Área do Corredor Ecológico da Caatinga nesse Estado, com representantes de trabalhadores assentados e acampados de reforma agrária, pescadores do Rio São Francisco e de outros representantes da sua área de abrangência;            10) Elaboração de uma proposta de capacitação no âmbito da Força Tarefa Nacional-FTN para combate ao mexilhão dourado, em conjunto com a Diretoria de Fauna e Pesca/DIFAP, representante do IBAMA junto a essa Força Tarefa;            11) Articulação pelos Núcleos de Educação Ambiental/NEAS, da participação dos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, na discussão sobre a implementação do enraizamento da Educação Ambiental nos Estados e no Distrito Federal, proposto pelo Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente/MMA e Ministério da Educação/MEC.</p> <p>Considerações finais:            Os recursos aplicados são oriundos das Ações: Gestão e Administração do Programa e Formação de Educadores Ambientais. Houve contingenciamento de recursos orçamentários no valor de R\$ 349.091,12.</p>						

#### 1084 Mudanças Climáticas e Meio Ambiente

GERENTE: VICTOR ZULAR ZVEIBIL

**Objetivo:** Promover o controle das atividades poluidoras, contribuindo para melhoria da qualidade do meio ambiente e para redução dos efeitos destes poluentes sobre o clima global

001H (OE) APOIO A PROJETOS DE REDUÇÃO E ABSORÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>	69,0	2,0	2,9 %	7,0	2,0	28,6 %
<b>Financeiro</b>	2.198.831	1.058.440	48,1 %	1.058.440	1.058.440	100,0 %

**Comentários:**

Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (2,0) Financeiro ( R\$ 1.058.440)  
 A execução física ficou parcialmente comprometida, devido ao atraso na ratificação do Protocolo de Quioto. O resultado obtido representa somente parte dos recursos dispendidos, uma vez que foram realizadas várias outras iniciativas, tais como: realização de convênio com a COPPE/UFRJ, a publicação de trabalhos, realização de eventos, a celebração de Memorando de Entendimentos Internacionais.

001G (OE) APOIO ÀS INSPEÇÕES TÉCNICAS VEICULARES

Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>		0,0	N/A	3,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	(1)	611.055	N/A	654.750	611.055	93,3 %

**Comentários:**

Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 611.055)  
 Execução física: A execução física ficou comprometida porque o PL 5979/2001 não foi aprovado no Congresso Nacional.

6451 (A) ELABORAÇÃO DE INVENTÁRIO DE POLUENTES DO AR E DA ÁGUA

Produto: INVENTARIO ELABORADO

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>		0,0	N/A	2,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	(1)	406.154	N/A	406.154	406.154	100,0 %

**Comentários:**

Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 406.154)  
 Foi definida a metodologia para a elaboração do inventário de poluentes.

6450 (A) ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO ANUAL SOBRE A QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DA AGENDA MARROM

Produto: RELATORIO ELABORADO

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>		0,0	N/A	1,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	(1)	142.438	N/A	142.500	142.438	100,0 %

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
 SIAFI - até 25/01/2005

(1) Ação não prevista na elaboração do PPA. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional  
 (2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004  
 (3) Produto de ação na LOA 2004 diferente no PPA



## Anexo

### Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado 2004 (B)	% (B/A)	LOA 2004 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2004 (D)	% (D/C)
<b>Físico</b>		0,0	N/A	0,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	(1)	4.399.782	N/A	4.403.700	4.399.782	99,9 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 4.399.782)						
<b>1210 Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais</b>				GERENTE: MARCUS LUIZ BARROSO BARROS		
<b>Objetivo:</b> Prevenir riscos e combater emergências ambientais						
6062 (A) ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS						
Produto: Evento atendido		Unidade de Medida: UNIDADE				
<b>Físico</b>		18,6	N/A	24,0	18,6	77,4 %
<b>Financeiro</b>	0	4.738.499	N/A	6.000.000	4.738.499	79,0 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Físico (18,5) Financeiro ( R\$ 4.738.499) Ação financiada parcialmente com a Diretoria de Proteção Ambiental com recursos de emenda, cabendo à Diretoria de Licenciamento Ambiental o montante de R\$ 2.054.356,74 exclusivo para pagamento de pessoal de contratos temporários. Houve a participação da CGQUA/IBAMA em dois grupos de trabalho junto ao MMA relativos à elaboração de banco de dados e mapeamento de áreas de riscos visando a elaboração do lay-out do sistema para resposta rápida às emergências ambientais.						
6124 (A) FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DEGRADADORAS, POLUENTES E CONTAMINANTES						
Produto: Atividade fiscalizada		Unidade de Medida: UNIDADE				
<b>Físico</b>		0,0	N/A	3.333,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	(1)	2.261.633	N/A	2.670.000	2.261.633	84,7 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 2.261.633) Ação executada pela Diretoria de Proteção Ambiental.						
11TU (P) IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE MONITORAMENTO AMBIENTAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)						
Produto: Nao Informado		Unidade de Medida: Nao Informado				
<b>Físico</b>		0,0	N/A	0,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	(1)	230.142	N/A	231.900	230.142	99,2 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 230.142)						
6114 (A) LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO E GÁS						
Produto: LICENÇA CONCEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE				
<b>Físico</b>		54,0	N/A	50,0	54,0	108,0 %
<b>Financeiro</b>	(1)	1.131.408	N/A	1.500.000	1.131.408	75,4 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Físico (54,0) Financeiro ( R\$ 1.131.408) Foram concedidas licenças além do previsto em função do aumento nas solicitações pelos empreendedores das renovações por não concluírem na sua totalidades as condicionantes previstas no prazo de vigência das respectivas licenças prévia, de instalação ou de operação.						
6080 (A) LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DOS SETORES DE ENERGIA ELÉTRICA E TRANSPORTE						
Produto: LICENÇA CONCEDIDA		Unidade de Medida: UNIDADE				
<b>Físico</b>		133,0	N/A	50,0	133,0	266,0 %
<b>Financeiro</b>	(1)	2.234.500	N/A	2.500.000	2.234.500	89,4 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Físico (133,0) Financeiro ( R\$ 2.234.500)						

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIAFI - até 25/01/2005

(1) Ação não prevista na elaboração do PPA. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional  
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004  
(3) Produto de ação na LOA 2004 diferente no PPA



## Anexo

### Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado 2004 (B)	% (B/A)	LOA 2004 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2004 (D)	% (D/C)
<b>Físico</b>	11.165.107,0	2.997.344,0	26,8 %	2.997.344,0	2.997.344,0	100,0 %
<b>Financeiro</b>	53.746.739	4.125.402	7,7 %	9.187.700	4.125.402	44,9 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (0001) Físico (2.997.344,0) Financeiro ( R\$ 4.125.402)						

#### 1107 Probacias

GERENTE: JOSÉ MACHADO

**Objetivo:** Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Bacias Hidrográficas

001A (OE) APOIO A PROJETOS PRIORIZADOS PELO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS  
Produto: PROJETO APOIADO

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>	0,0	10,0	N/A	10,0	10,0	100,0 %
<b>Financeiro</b>	0	6.595.797	N/A	10.000.000	6.595.797	66,0 %

**Comentários:**

Na Região Sudeste - Agência Nacional de Águas (0030) Físico (10,0) Financeiro ( R\$ 6.595.797)  
A arrecadação decorrente da cobrança pelo uso da água não atingiu os valores estabelecidos no âmbito da Lei Orçamentária 2004- LOA, razão pela qual os valores foram corrigidos. A arrecadação pelo usos de recursos hídricos na bacia do rio Paraíba do Sul foi integralmente repassada à AGEVAP.  
Celebrado, em 01 de setembro de 2004, o Contrato de Gestão entre a Agência Nacional de Águas - ANA e a Agência de Bacia do Paraíba do Sul - AGEVAP, entidade delegatária que deverá implementar ações e projetos voltados para a conservação e recuperação da Bacia do Paraíba do Sul, conforme disposto na Lei nº 10.881/04.  
- O retardamento da aprovação da lei 10.881/04 impossibilitou o repasse de recursos tempestivamente atrasando o cronograma de desembolso e de realização das metas programas. Somente em 1º de setembro, após a aprovação da Lei nº 10.881/2004, foi possível a assinatura de Contrato de Gestão com a AGEVAP e o consequente início de repasse de recursos para implementação de ações e projetos prioritários.  
- Para efetivar o repasse dos recursos da cobrança para a AGEVAP foi necessário, também, o desenvolvimento de mecanismos e sistemáticas específicas de execução, acompanhamento e controle, no âmbito da AGEVAP e da ANA.  
- Pelas razões enunciadas, a avaliação de desempenho da AGEVAP, referente a implementação de ações, será efetuada pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, a partir do 1º semestre de 2005.  
\* Do ponto de vista da execução física, considerou-se que a ação teve um grau de execução de 100%, visto que toda a disponibilidade de recursos foi repassada à AGEVAP para execução nos termos do Contrato de Gestão. Assim, o produto estabelecido na LOA 2004 deixou de refletir o resultado da ação.

O Contrato de Gestão prevê a aplicação de recursos, nos seguintes termos:

- Ações de Gestão e Planejamento:  
- Implantação e Operação da Agência;  
- Ações de Gestão;  
- Ações de Planejamento.  
Ações Estruturais:  
- Obras de Esgotamento Sanitário;  
- Controle de Erosão;  
- Outras Ações Estruturais.

#### 2977 (A) FISCALIZAÇÃO DO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Produto: Vistoria realizada

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>	265,0	286,0	107,9 %	29,0	286,0	986,2 %
<b>Financeiro</b>	4.126.000	179.133	4,3 %	433.780	179.133	41,3 %

**Comentários:**

Nacional - Agência Nacional de Águas (0001) Físico (286,0) Financeiro ( R\$ 179.133)

#### 7270 (P) IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS

Produto: SISTEMA IMPLANTADO

Unidade de Medida: % de execução física

<b>Físico</b>	66,0	8,5	12,9 %	15,0	8,5	56,7 %
<b>Financeiro</b>	2.050.000	231.406	11,3 %	433.646	231.406	53,4 %

**Comentários:**

Nacional - Agência Nacional de Águas (0001) Físico (8,5) Financeiro ( R\$ 231.406)  
A implantação do sistema de cobrança na Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá está em andamento, tendo sido realizado cerca de 50% do trabalho, em razão da definição final da cobrança ser competência do Comitê de Bacia e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

#### 4926 (A) OUTORGA DO DIREITO DE USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE DOMÍNIO DA UNIÃO

Produto: outorga concedida

Unidade de Medida: UNIDADE

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIAFI - até 25/01/2005

(1) Ação não prevista na elaboração do PPA. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional  
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004  
(3) Produto de ação na LOA 2004 diferente no PPA

## Anexo

### Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1.00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado 2004 (B)	% (B/A)	LOA 2004 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2004 (D)	% (D/C)
<b>Físico</b>	2.900,0	621,0	21,4 %	718,0	621,0	86,5 %
<b>Financeiro</b>	2.820.000	410.636	14,6 %	653.780	410.636	62,8 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Agência Nacional de Águas (0001) Físico (621,0) Financeiro ( R\$ 410.636)						

#### 6251 (A) SISTEMA NACIONAL DE PREVENÇÃO DE EVENTOS HIDROLÓGICOS CRÍTICOS

Produto: BOLETIM EMITIDO

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>	167,0	15,0	9,0 %	20,0	15,0	75,0 %
<b>Financeiro</b>	4.830.000	247.573	5,1 %	513.646	247.573	48,2 %

#### Comentários:

Nacional - Agência Nacional de Águas (0001) Físico (15,0) Financeiro ( R\$ 247.573)  
Em 2004, do limite existente para essa ação (R\$ 513.646,00), apenas R\$ 247.571,66 foi disponibilizado efetivamente como limite orçamentário. O restante, R\$ 266.074,34, foi contingenciado e não pôde ser utilizado.  
Todo o limite disponibilizado (R\$247.571,66) foi integralmente executado. Como resultado, se considerarmos que R\$ 513.646,00 representa a emissão da quantidade programada de 23 boletins, proporcionalmente, R\$ 247.571,66 representa a emissão de 11.  
Na prática, foram emitidos 15 boletins, 136% em relação ao proporcionalmente reprogramado (quantidade igual a 11). A maior eficiência observada é atribuída ao planejamento da programação, à montagem da equipe ( servidores efetivos contratados por concurso) e à estruturação do local de trabalho, com aquisição de parte dos equipamentos de informática adequados às necessidades do Sistema Nacional de Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos.  
Os 15 boletins emitidos referem-se ao:  
- Monitoramento dos Reservatórios do Nordeste: 2 boletins emitidos;  
- Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Cantareira: 5 boletins emitidos;  
- Monitoramento dos Reservatórios do Sistema Hidráulico do Paraíba do Sul: 5 boletins emitidos;  
- Monitoramento dos Reservatórios do Rio São Francisco: 3 boletins emitidos.  
Cabe destacar que os 15 boletins emitidos foram disponibilizados para a sociedade na página da Internet da ANA (www.ana.gov.br).

#### 1305 Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental

GERENTE: SÍLVIO RICARDO DA CÂMARA CANTO BOTELHO

**Objetivo:** Revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias

#### 101S (P) CRIAÇÃO DE BANCO DE EXPERIÊNCIAS TECNOLÓGICAS DE BAIXO CUSTO E ALTO IMPACTO SOCIAL RELACIONADAS À RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE BACIAS VULNERÁVEIS

Produto: BANCO IMPLANTADO

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>	0,0	0,0	N/A	1,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	0	461.317	N/A	500.000	461.317	92,3 %

#### Comentários:

Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 461.317)

#### 101T (P) DISSEMINAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO, USO E MANEJO SUSTENTÁVEIS DA ÁGUA

Produto: Boa prática disseminada

Unidade de Medida: UNIDADE

<b>Físico</b>	11,0	10,0	90,9 %	10,0	10,0	100,0 %
<b>Financeiro</b>	900.000	499.999	55,6 %	1.000.000	499.999	50,0 %

#### Comentários:

Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (10,0) Financeiro ( R\$ 499.999)  
Atuando junto às comunidades isoladas do Semi-Árido brasileiro, a SRH vem desenvolvendo por meio de parcerias a disseminação de tecnologias que visam contribuir com otimização do uso da água, mesmo que num primeiro momento ela não se encontre apropriada para o consumo humano.

Como as comunidades estão localizadas de forma dispersa, o abastecimento de água nessas localidades é precário e algumas vezes inexistente. É comum em alguns locais os habitantes terem que percorrer grandes distâncias para acessar água potável.

Visando minimizar essa situação, a SRH por meio do estabelecimento de parcerias, vem querendo reverter esse quadro propondo a utilização de dessalinizadores, os quais permitem tornar a água salinizada em água potável.

Com parceria da sociedade civil foi elaborado o Programa Água Doce, o qual estabeleceu as diretrizes gerais visando a contratação dos projetos que irão implementar o Programa. Neste sentido, foi firmado convênio de repasse de recursos com a ATECEL visando implementar as ações acima descritas.

#### 101U (P) IMPLANTAÇÃO DE BANCO DE DADOS AMBIENTAIS DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Produto: SISTEMA IMPLANTADO

Unidade de Medida: % de execução física

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIAFI - até 25/01/2005

(1) Ação não prevista na elaboração do PPA. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional  
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004  
(3) Produto da ação na LOA 2004 diferente no PPA

## Anexo

### Execução Física e Financeira de Programas e Ações Orçamentos Fiscal e Seguridade

Valores em R\$ 1,00

Programa: Ação:	PPA 2004-2007 (A)	Realizado 2004 (B)	% (B/A)	LOA 2004 + CRÉDITOS (C)	Realizado 2004 (D)	% (D/C)
<b>Físico</b>	79,0	0,0	N/A	16,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	1.578.000	300.001	19,0 %	300.000	300.001	100,0 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 300.001)						
<hr/>						
101P (P)	RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO					
	Produto: Área estabilizada		Unidade de Medida: ha			
<b>Físico</b>	106.595,0	0,0	N/A	1.250,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	43.275.600	450.000	1,0 %	500.000	450.000	90,0 %
<b>Comentários:</b>						
Na Região Nordeste - Ministério do Meio Ambiente (0020) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 250.000)						
Na Região Sudeste - Ministério do Meio Ambiente (0030) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 200.000)						
<hr/>						
<b>0512</b>	<b>Zoneamento Ecológico-Econômico</b>			GERENTE: GILNEY AMORIM VIANA		
<b>Objetivo:</b> Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o ordenamento territorial do País						
<hr/>						
2970 (A)	GESTÃO INTEGRADA DOS AMBIENTES COSTEIROS E MARINHOS					
	Produto: Área com uso e ocupação definida		Unidade de Medida: km²			
<b>Físico</b>		10,0	N/A	13,0	10,0	76,9 %
<b>Financeiro</b>	(1)	541.312	N/A	546.444	541.312	99,1 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (10,0) Financeiro ( R\$ 541.312)						
Pode-se considerar que a maioria das metas previstas foram atingidas, apesar de determinadas dificuldades inerentes ao processo de execução interinstitucional - integrada.						
<hr/>						
7965 (P)	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS SOBRE ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO					
	Produto: SISTEMA IMPLANTADO		Unidade de Medida: % de execução física			
<b>Físico</b>	60,0	4,0	6,7 %	5,0	4,0	80,0 %
<b>Financeiro</b>	1.207.319	163.900	13,6 %	193.118	163.900	84,9 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (4,0) Financeiro ( R\$ 163.900)						
Durante o ano de 2004 foi sistematizado e publicado o Banco de Dados do Bioma Caatinga, além da organização de cursos de capacitação para gestores públicos nos estados do Nordeste, utilizando o Banco de Dados, criando condições de uso e atualização do mesmo. Na região Norte e Amazônia Legal, articulou-se os responsáveis técnicos pelos ZEE, promovendo a atualização do Banco de Dados. É necessário a organização de uma estrutura centralizada, para possibilitar a implantação definitiva do Sistema Gerenciador.						
<hr/>						
7413 (P)	MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DO BRASIL NA ESCALA 1:1.000.000					
	Produto: projeto executado		Unidade de Medida: km²			
<b>Físico</b>	529.500,0	0,0	N/A	140.600,0	0,0	0,0 %
<b>Financeiro</b>	2.953.992	332.500	11,3 %	339.000	332.500	98,1 %
<b>Comentários:</b>						
Nacional - Ministério do Meio Ambiente (0001) Físico (0,0) Financeiro ( R\$ 332.500)						

FINANCEIRO REALIZADO = EMPENHO LIQUIDADO

P - Projeto

A - Atividade

OE - Operação Especial

NO - Não Orçamentária

GERENTES ATUAIS

Fonte: SIGPlan - Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SIAFI - até 25/01/2005

(1) Ação não prevista na elaboração do PPA. Inclusão feita via Emenda ou Crédito Adicional  
(2) Ação com mais de um produto, conforme LOA 2004  
(3) Produto de ação na LOA 2004 diferente no PPA